

PORTAS FECHADAS Após confrontos e críticas da oposição e de professores, vereadores aprovam, em sessão fechada, aumento de 4,83%

Câmara de Salvador aprova reajuste dos servidores

**GABRIELA ARAÚJO
E CÁSSIO MOREIRA**

A Câmara Municipal de Salvador (CMS) aprovou ontem, em sessão extraordinária, o reajuste dos servidores municipais — ativos, inativos e pensionistas. A votação ocorreu a portas fechadas, após confronto entre vereadores e sindicalistas.

A bancada de oposição absteve-se da votação por não concordar com o método adotado. A matéria foi aprovada por 33 votos, e todas as emendas apresentadas pela minoria foram rejeitadas. Ao todo, foram apresentadas seis emendas, quatro pela bancada de governo e duas pela oposição.

O crivo dos vereadores, por sua vez, não agradou aos professores. Isso porque a categoria, em sua maioria ligada à APLB-Sindicato, afirma que o projeto não contempla o pagamento do piso salarial estabelecido em lei.

“Minhas emendas foram todas rejeitadas; votaram contra. Deveria ter sido feito aqui no plenário, mas decidiram que seria realizado lá dentro, de forma secreta”, afirmou o vereador Hamilton Assis (PSOL), em conversa com a imprensa.

Desculpas

Já o presidente da CMS, Carlos Muniz (PSDB), não se manifestou sobre o mérito da proposta, mas pediu desculpas aos jornalistas pela confusão e criticou os protestos.

“Desculpe. Soube que houve agressões contra vocês. Garanto que não foi por



Antonio Queiroz (CMS) / Divulgação

Confronto entre vereadores e sindicalistas marcou a sessão na Câmara ontem

mim, porque, se dependesse de mim, isso jamais aconteceria. Sou uma pessoa democrática. Essas coisas não foram feitas por sindicalistas, mas por baderneiros. Tenho certeza de que verdadeiros sindicalistas não agem assim”, disse Muniz.

O tucano também lamen-

tou a invasão do Centro de Cultura da Câmara de Salvador por parte de manifestantes.

“Tratou-se de um ato bárbaro, com destruição do patrimônio público. Senti-me no episódio de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram o Congresso Nacional e depredaram o Parlamento. Essas agressões não são feitas por sindicalistas, mas por baderneiros. São atos de quem não senta à mesa de negociação, como determinam os sindicatos e a lei”, afirmou.

Protestos

Sob forte protesto no interior e no exterior da Casa, servidores formaram uma barricada humana para impedir o acesso de jornalistas

e assessores ao plenário.

A manifestação, contudo, não impediu a apreciação da proposta, que ocorreu fora do plenário, por questão de segurança dos vereadores e servidores, segundo nota da CMS.

A sessão foi interrompida por 30 minutos para conclusão de pareceres nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Fiscalização, Orçamento e Finanças (CFOF) e Educação, e retomada em seguida pelo mesmo período.

Com a aprovação, os funcionários públicos passam a receber reajuste de 4,83% nos vencimentos mensais, aplicado de forma escalonada a partir deste mês. A medida é válida até abril de 2026.

O reajuste foi aprovado por 33 votos, e todas as emendas da oposição foram rejeitadas pelo relator

Vereadores agredidos na votação

Os vereadores Sidninho (PP) e Maurício Trindade (PP) foram hostilizados por sindicalistas durante a sessão extraordinária da Câmara Municipal de Salvador, na tarde de ontem, que discutiu o reajuste salarial dos servidores do município.

O grupo, que acompanhava os trâmites da votação no plenário da Casa, tentou impedir o acesso da imprensa pouco antes da sessão. Em seguida, servidores municipais invadiram a sala onde ocorria a sessão, no Centro de Cultura da Câmara Municipal, sede provisória do legislativo.

Maurício Trindade, o 1º vice-presidente da Casa, chegou a entrar em luta corporal com um dos servido-

res, sendo agredido. O vereador Sidninho foi mordido no braço na mesma confusão.

Para controlar a briga, a Polícia Militar também entrou no plenário. O presidente da Câmara, Carlos Muniz (PSDB), suspendeu a sessão por 30 minutos, prometendo reiniciar os debates e

Servidores municipais invadiram a sala onde ocorria a votação

votar o texto ainda nesta quinta, 22. Entre os presentes na Casa estavam o deputado estadual Hilton Coelho (PSOL) e o ex-candidato a prefeito Kleber Rosa (PSOL), segundo colocado na eleição de 2024.

Segundo relatos obtidos pela reportagem de A TARDE, os agentes usaram spray de pimenta e gás lacrimogêneo na tentativa de dispersar o movimento e conter o avanço dos servidores.

Piso nacional

Após a suspensão dos trabalhos, os servidores ocuparam a área externa do Centro de Cultura da Câmara Municipal, exigindo que o acesso ao plenário fosse li-

berado pela força de segurança presente.

Os professores da rede municipal pressionam pelo reajuste salarial conforme o piso nacional do magistério, hoje fixado em R\$ 4.867. A Prefeitura de Salvador, porém, enviou à Câmara uma proposta escalonada de aumento: 9,25% para o Nível 1/Referência A; 6,65% para o Nível 1/Referência B; 6,27% a partir do Nível 1/Referência C; e 6,27% para o quadro suplementar do Magistério Público.

A lei federal determina que o piso nacional do magistério seja, no mínimo, R\$ 4.867 para 40 horas semanais, calculado apenas sobre o vencimento-base de cada professor.

MATA DE SÃO JOÃO

Advogado vê crimes em desapropriação de área

ALAN RODRIGUES

A controversa aquisição de uma área no distrito de Praia do Forte, em Mata de São João (BA), pode levar o prefeito Bira da Barraca (União Brasil) ao banco dos réus. O advogado Pedro Henrique pretende apresentar ao Ministério Público denúncias de improbidade administrativa e peculato.

Tudo começou com a reportagem de A TARDE, no domingo, 18, que mostra a desapropriação de campo de futebol de pouco mais de 6 mil m² por R\$ 6 milhões. Desse total, R\$ 4 milhões seriam pagos à empresa Atual, da qual é sócio o ex-prefeito João Gualberto.

Apesar de não parecer exorbitante diante do preço do metro quadrado na região, documentos comprovam que as melhorias — grama sintética, vestiários, alambrados, iluminação e paisagismo — orçadas em R\$ 2 milhões foram executadas no ano passado, antes de a área ser declarada de utilidade pública.

Uma apuração mais aprofundada revela que, em 2008, durante o primeiro mandato de João Gualberto, as mesmas empresas indenizadas adquiriram 28 mil m² por apenas R\$ 100 mil. Agora, o campo de futebol está sendo adquirido com dinheiro público por um valor 33% maior.



A imagem do Poder Judiciário e a comunicação institucional - parte 2

Diego Góes Lima

Juiz substituto da Comarca de Tanque Novo (BA)
e-mail

Há algumas semanas trouxe nesta coluna a necessidade de reflexão sobre a forma de comunicação institucional do Poder Judiciário diante da propagação crescente de notícias falsas e da percepção pública negativa quanto aos serviços prestados por magistrados e servidores dos Tribunais no Brasil.

Observei dados financeiros, de produtividade e o volume de novos pedidos, tudo relativo ao ano de 2023, além do acervo processual acumulado. No entanto, é necessário o aprofundamento dos números de produtividade no Brasil e na Bahia.

No cenário nacional, os magistrados brasileiros demonstraram extraordinária capacidade de trabalho ao proferirem, naquele ano, um total de 33,2 milhões de sentenças e decisões terminativas. Foram arquivados 34,9 milhões de processos.

Na Bahia, a produtividade foi expressiva: em 1º e 2º graus foram julgados mais de 1 milhão e 669 mil processos, e os arquivamentos ultrapassaram 1 milhão e 802 mil.

A percepção pública negativa, portanto, não corresponde à realidade em especial, no caso da Bahia que, apesar de todos os esforços feitos pelo TJBA para melhoria das condições de trabalho, em primeiro grau os juizes de Direito contam com o apoio de apenas um assessor, e, os juizes substitutos não dispõem de assessoria, circunstância que qualifica ainda mais o trabalho dos magistrados de primeiro grau baianos.

Mas, o leitor deve estar se questionando, julgou-se tanto e meu processo está sem solução há anos, qual a razão?

A primeira, é o elevado grau de judicialização, apenas em 2023, foram registrados na Bahia mais de 1 milhão e 638 mil processos novos. Em 2024, de Janeiro a Junho, foram recebidos mais de 1 milhão e 45 mil processos novos, sendo que no mesmo período foram julgados mais de 1 milhão e 311 mil.

A segunda, é a carência de recursos humanos, em Dezembro de 2024, os cargos vagos de desembargador e juizes, em nosso Estado, somados eram 443.

Concurso público e novas admissões resolveriam o problema? De forma isolada, não, pois no Brasil, a cada 100 processos solucionados, outros 89 ingressam no sistema, o que mantém o acervo em níveis elevados.

A cultura da judicialização, especialmente por parte do poder público, continua sendo um fator determinante para este cenário. Os entes públicos são os maiores litigantes em diversas áreas, contribuindo significativamente para o aumento do acervo processual, sem que haja o correspondente aumento na estrutura do Judiciário.

Membros dos Poderes Executivo e Legislativo raramente se manifestam sobre o tema.

É fundamental que a sociedade compreenda que a eficiência do sistema de justiça não depende apenas dos esforços internos do Judiciário, mas também de uma mudança cultural quanto à utilização dos meios judiciais de resolução de conflitos. Políticas de desjudicialização, fortalecimento dos métodos alternativos de solução de controvérsias e melhoria das práticas administrativas nos setores público e privado são medidas necessárias para reduzir o volume processual.

Através de uma comunicação clara, em formato atrativo e baseada em informações confiáveis, como as fornecidas pelo CNJ, podemos construir uma imagem mais fidedigna da realidade da justiça no Brasil, e, como dito anteriormente, as associações de magistrados devem assumir um papel proativo neste sentido.

Os números aqui citados estão disponíveis nos painéis estatísticos do CNJ e do TJBA.



divulgação

**Diego Góes Lima,
juiz de Tanque Novo**